

Mulheres, açúcar e comidas no Brasil seiscentista¹

Claude G. Papavero

Resumo: Os procedimentos de provisão e de consumo alimentar em uso no Brasil colonial seiscentista foram utilizados para pensar as peculiaridades da vida cotidiana e da condição feminina. Por esse viés de análise, compensou-se a escassez das informações sobre as atividades permitidas às mulheres. Com efeito, a sociedade colonial soteropolitana ou pernambucana, fortemente marcada por critérios de hierarquia social associados à produção e à exportação do açúcar, outorgava pouca visibilidade social às mulheres.

Palavras-Chave: Brasil Colonial. Abastecimento Alimentar. Textos de Cronistas. Condição Feminina.

Abstract: Procedures of food provisioning and alimentary habits were employed to study the peculiarities of daily life and feminine condition during the 17th century in colonial Brazil. The analysis was conducted to compensate the scarcity of information about the activities that women were allowed to perform. As a matter of fact, in the highly hierarchic society of Bahia and Pernambuco that was devoted to the production and exportation of sugar, little social visibility was allotted to women.

Keywords: Colonial Brazil. Food Provisioning. Feminine Condition.

Claude G. Papavero Doutora em Antropologia Social pela FFLCH-USP em 2007.cpapavero@gmail.com

¹ Texto recebido: 27/05/2008.

Texto aprovado: 27/07/2008.

As mulheres na formação da colônia

Nos primórdios do século XVII, os maiores entrepostos comerciais do Brasil, Salvador, a capital e a vila de Olinda (sita a uma légua do porto de Recife) desfrutavam de uma inaudita prosperidade decorrente da expansão comercial do açúcar. Tanto em Portugal quanto na Europa, o produto constituía ainda, por sua raridade e suas propriedades energéticas, um item de alto custo, mais presente nas boticas e nas ocasiões festivas que no cotidiano plebeu. Pessoas ricas acrescentavam punhados de açúcar aos guisados de carne e mandavam cozinhar em calda diversos tipos de frutas e de vegetais (como os talos de alfaces), segundo atestava o depoimento quinhentista das receitas apresentadas no livro de cozinha da Infanta Dona Maria, neta do rei D. Manuel o Venturoso². Mesmo com a herança da doçaria árabe abrindo espaço a receitas clássicas, como os manjares brancos (feitos de farinha de arroz, leite, açúcar e peito de frango desfiado), o uso do açúcar representava um luxo e faltava apurar o conhecimento das sutilezas de preparos e dos pontos de cocção.

O açúcar fabricado no Nordeste brasileiro, fosse branco ou mascavado, destinava-se sobretudo à exportação, porém, numa colônia que vivia para produzi-lo, os *moradores lusos da terra* reservavam sempre algumas caixas para uso próprio e consumiam no dia a dia parte dos subprodutos obtidos na feitura dos pães: a garapa, o mel e a rapadura. Durante o domínio holandês, a insensibilidade dos credores batavos que arrebatavam toda a produção dos engenhos endividados sem deixar no local nem uma caixa de branco para “confortar os doentes”, escandalizou Manuel Calado:

Se algum senhor de engenho devia alguma coisa aos da Companhia, lhe mandavam pôr olheiros em seus engenhos, os quais não lhe deixavam tirar nenhuma arroba de açúcar

² *LIVRO de Cozinha da Infanta D. Maria*, Códice da Biblioteca Nacional de Nápoles, Fac-símile, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, s/d.

para fazer doces para os enfermos, senão que tudo lhe levavam, e sobretudo lhe sustentavam os olheiros enquanto a safra durava...³.

Descrevendo as delícias e os pecados da vida pernambucana, frei Calado, assim como outros cronistas lusos e flamengos do segundo quartel do século XVII, atribuiu o castigo da invasão holandesa (profetizado por um pregador expulso de Olinda) à ira divina desencadeada pela extravagante exibição de luxos. Num depoimento bem documentado, o sacerdote censurava o estilo de vida dos colonos:

As delícias de mantimentos, e licores, eram todos os que se produziam assim no reino como nas ilhas. O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam. As mulheres andavam tão louças, e tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos, e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas, os ricos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças, e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas, e adagas, nem vestidos de novas invenções, com que se não ornassem os banquetes cotidianos, as escaramuças, e jogos de canas, em cada festa se ordenavam, tudo eram delícias, e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso⁴.

A colonização iniciada em Pernambuco por volta de 1536 e firmada na Bahia em 1549, após a chegada do primeiro governador geral, sofreu por algumas décadas de séria escassez de povoadores dispostos a defender as terras ocupadas. Temiam-se os ataques de indígenas e ainda a cobiça de outras nações européias. Com efeito, as vilas brasileiras, mesmo estabelecidas em áreas portuárias bem localizadas, pareciam prometer negócios menos reluzentes que as

³ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1987. v. I, p. 219 e 220.

⁴ *Ibidem*, v. I, p. 47 e 48.

⁵ COSTA PORTO. *Os tempos de Duarte Coelho*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

⁶ MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. Segundo afirmava o autor: “No primeiro século às “considerações priápicas” há que sobrepor a circunstância da escassez, quando não da falta absoluta, de mulher branca”. p. 22 e 92.

feitorias asiáticas, onde o comércio de especiarias existia antes das frotas portuguesas freqüentarem os mares orientais. Não obstante os capitães-mores financiarem às suas custas as viagens de muitos lavradores e artesãos⁵, a necessidade de produzir o açúcar exportado, a dependência em relação ao trabalho da mão-de-obra escrava e a escassez de defensores fizeram com que a colônia acolhesse também homens de conduta pouco recomendável que, mesmo sem dispor de capitais para investir, almejavam enriquecer facilmente⁶. A insegurança reinante fez ainda com que, inicialmente, poucas esposas se arriscassem a acompanhar os maridos, uma circunstância que valorizou a presença de indígenas catequizadas e de escravas africanas. Medidas oficiais foram tomadas para amenizar as queixas de colonos, ressentidos com a ausência de companheiras portuguesas: órfãs casadoiras e mulheres de vida fácil desembarcaram na colônia para auxiliar a dar feições lusas à vida local⁷.

Nos séculos XVI e XVII, a despeito do convívio dos portugueses com nativas e cativas africanas incentivar a mestiçagem, incorporando paulatinamente à sociedade local uma população crescente de mamelucos e de mulatos gerados em terras de massapé, os colonos se esforçaram para manter em uso os valores que traziam da metrópole. Eles procediam de uma sociedade organizada em termos de estamentos, na qual as atividades permitidas dependiam em parte do prestígio social dos indivíduos e conceberam sua nova sociedade em termos semelhantes. Aliás, muitos entre os povoadores da colônia tinham experimentado previamente a importância dos sistemas de castas noutras paragens do Império português, de modo que as diferenças entre categorias sociais de colonos continuaram fundamentais. Distinções foram percebidas entre homens que eram livres, escravos ou alforriados, cristão velhos ou cristãos novos, ricos ou pobres, membros de uma elite sustentada por escravos ou

*oficiais mecânicos*⁸ vivendo de trabalho manual. Uma certa flexibilização dos critérios operou, todavia, em favor de homens enriquecidos na lida colonial e da prole mestiça de colonos lusos de grande projeção. Segundo assinalou Laima Mesgravis⁹, nenhuma pecha de sangue impuro maculava oficialmente os descendentes de nativos, à diferença dos mulatos, dos descendentes de cristãos novos e de mouros e dos homens que viviam da prática considerada degradante do trabalho braçal. No final dos anos seiscentos, Gregório de Matos, dando livre curso a seu desprezo por homens do povo que conseguiam ascender socialmente, versejava exemplarmente: “Que se despache um caixeiro / criado na mercancia / com foro de fidalguia / sem nobreza de escudeiro! / e que a poder de dinheiro, / e papeis falsificados / se vejam entronizados / tanto mecânico vil, / que na ordem mercantil / são criados dos criados!”¹⁰.

Durante o processo da colonização, todos os homens livres, fizessem ou não jus à primazia, procuraram ser considerados *homens bons*, isto é, homens que gastavam generosamente os bens possuídos para demonstrar que pertenciam à *nobreza da terra*. Zacharias Wagener, jovem soldado da Companhia das Índias Ocidentais holandesa (por um tempo despenseiro do conde de Nassau) expressou em seu livro de memórias intitulado *Thierbuch* as idéias que os colonizadores holandeses, pautados nos usos e nas idéias dos colonos portugueses, formulavam a respeito do papel social atribuído às mamelucas:

Do conúbio ilícito de mulheres brasileiras tanto com portugueses quanto com holandeses, nascem muitos destes filhos de prostitutas, entre os quais não raro encontram-se tipos formosos e delicados, quer de homens quer de mulheres. Comumente, estas trajam belas e longas camisas brancas de algodão durante a semana, mas aos domingos e dias de festa enfeitam-se mui garridamente à moda espanhola, adornando o pescoço, as orelhas e as mãos com corais e pedras falsas em

⁸ Artesãos.

⁹ MESGRAVIS, S. Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colônia, *Estudos Econômicos*, n. 13, 1983, p. 799 – 811.

¹⁰ MATOS, Gregório de. *Crônicas do viver baiano seiscentista*. Obra completa de Gregório de Matos, 7 v., AMADO, James (Org.), Bahia, Ed. Universitária, sem data. v. IV, p. 907.

profusão. Devido a sua airosa figura, algumas passam por donzelas espanholas. Os homens são inclinados a exercer toda a sorte de profissões lícitas ou a aproveitar com vantagem os nobres afazeres militares. Muitas mulheres se casam entre a gente de sua própria casta; outras, no entanto, e quase a maioria delas, são mui honesta e legitimamente cobiçadas para esposas legítimas, às vezes, por portugueses bastante ricos, como também por alguns holandeses ansiosos por esposas”. Em suma, os espanhóis e os portugueses, os brasileiros e tapuias, os mulatos e mamelucos vivem quase todos entre si à moda das impuras bestas lascivas, não obstante todos aqueles, que chamam a si cristãos, tivessem tido um claro e evidente exemplo das ameaças da ira e dos visíveis castigos de Deus contra essa vida perversa e sodomítica, quando viram, há alguns anos, os nossos (como instrumentos mandados para esse fim) se apoderarem à mão armada das suas poderosas e seguras cidades, saqueando, devastando e destruindo igrejas, conventos e belos edifícios, o restante sendo reduzido a cinzas, expulsando os portugueses com suas mulheres e filhos, impelindo-os para regiões totalmente desertas e selvagens...¹¹.

¹¹ WAGENER, Zacharias, *Thierbuch* In: TEIXEIRA, Dante M. (Org.), *Brasil Holandês: documentos da Biblioteca Universitária de Leiden*. 3 v., Rio de Janeiro, Index, Ilustrada, 1997. p. 181-183.

O dispenseiro do conde prosseguia o relato, enfatizando a imoralidade da vida sexual colonial que justificava a fácil vitória das tropas holandesas (ponto de vista freqüente entre os cronistas do período).

O mesmo autor apontava ainda como os indivíduos chamados *Mulaten*, gerados em conúbio entre escravas negras e portugueses livres, permaneciam cativos, caso o pai compadecido não comprasse sua alforria ao vizinho ou ao amigo a quem a mãe pertencia:

Depois de crescidos, são muito utilizados em toda a sorte de ações militares, sabendo lidar bem com toda a espécie de armas e em especial com as espingardas, [com as quais] caçam diariamente pássaros e animais silvestres, atrevendo-se, finalmente, do mesmo modo, com o pretexto de passarinhar, a se emboscarem no mato para assaltar os passantes, o que é bastante sabido e manifesto tanto entre os portugueses como

entre os nossos, sendo por isso em geral considerados velhacos, levianos, falsos e traidores¹².

¹² *Ibidem*, p. 180.

O comentário de Wagener permitia avaliar quão difícil podia ser a vida dos mulatos na colônia, mesmo quando tinham a sorte de conseguir a alforria. Tratava-se quase de um manual de instruções de uso para serviços prestados. A acolhida na carreira das armas, a caça de aves e de animais silvestres e os assaltos a transeuntes constavam efetivamente entre as oportunidades abertas aos mulatos. Wagener poderia ter acrescentado que, quando sabiam um ofício, se tornavam empregados assalariados em propriedades rurais. O viajante espanhol Francisco Coreal, aliás, declarou que todos os soldados eram assassinos covardes, luxuriosos, mal disciplinados e prontos para tudo, menos para exercer a profissão da guerra. Frei Manuel Calado, entretanto, elogiou o heroísmo e a nobreza de João Fernandes Vieira, mulato industrioso que se tornou senhor de engenho no Brasil holandês e protegia as mulheres desvalidas, provendo às mais pobres roupas de aparato sem as quais elas não ousariam freqüentar igrejas: “e começou a despender sua fazenda com os pobres, casando órfãs, vestindo as viúvas, e donzelas, dando-lhes saias, e mantos, e o necessário, por cuja falta deixavam de ir à Igreja a ouvir missa nos Domingos e festas”¹³.

¹³ CALADO, Frei Manuel. *Op. cit.*, p. 105.

Numa colônia onde as noções de honra e de hierarquia fundamentavam um estilo de vida dotado de uma ética peculiar e de uma estética perdulária, todos desejavam desfrutar de um prestígio social que permitia exercer atividades rentáveis. Normalmente as elites soteropolitanas ou pernambucanas e suas famílias residiam em domínios rurais situados no entorno do núcleo urbano, mas, em ocasiões importantes, como festas religiosas, eleições, nascimentos ou lutos da família real, desembarque de bispos ou de governadores, etc, todos se reuniam na sede da capitania para celebrar os acontecimentos com

banquetes, jogos, roupas de aparato, mulheres paramentadas com jóias e cavalos ricamente ajaezados.

Ambrósio Fernandes Brandão, a quem foi atribuída a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*¹⁴, comentou vários conceitos caros à colônia. Segundo Capistrano de Abreu, esse contratador dos dízimos de Pernambuco e de Itamaracá que participou da conquista da Paraíba, chegou a possuir três engenhos naquela capitania. Nos diálogos registrados na obra escrita em 1618, Brandão, um *morador do Brasil* bem informado explicava ao recém-chegado Alviano o teor dos sentimentos e dos procedimentos usuais dos colonos. Analisando as *cinco condições de gente* que compunham a sociedade local, Brandão assinalou a presença de homens vinculados às atividades marítimas que traziam anualmente mercadorias do Reino e na volta para casa carregavam os produtos brasileiros. A segunda *condição de gente* reunia diversos tipos de mercadores. Parte desses homens também visitava anualmente a colônia, e trazia gêneros europeus que, no Brasil, eram comutadas por cargas de açúcar. Outra parte dos comerciantes, estabelecida na Bahia ou em Pernambuco, possuía lojas e vendia mercadorias recebidas do Reino graças aos bons ofícios de correspondentes. A terceira *condição de gente* incluía diversos tipos de artesãos (os *oficiais mecânicos*) e a quarta, homens assalariados. Na quinta condição, afinal, classificavam-se os lavradores, senhores de engenho, lavradores de canas e de tabaco ou de mantimentos:

e estes tais se dividem ainda em duas espécies: a uma dos que são mais ricos, têm engenhos com títulos de senhores deles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidos de canas; a outra, cujas forças não abrangem a tanto, se ocupam em lavar mantimentos legumes. E todos, assim uns como outros, fazem suas lavouras e granjearias com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço; e como o do que vivem é somente do que granjeiam com os tais escravos, não

¹⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da grandeza do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante à lavoura...¹⁵.

¹⁵ *Idem*, p. 33 e 34.

Deixando de lado as afirmações do descaso dos colonos com a melhoria da qualidade de sua vida cotidiana e do pouco amor que sentiam pela terra, o depoimento de Brandão permite notar que os homens denominados em seus diálogos *moradores lusos do Brasil*¹⁶ (designação recorrente também nos textos de frei Vicente do Salvador e de frei Manuel Calado) já dispunham de uma classificação local de categorias de pessoas.

¹⁶ Pelo menos até lutarem contra os holandeses pela posse do território entre 1645 e 1654.

As obras do período apresentavam uma ausência flagrante de descrições detalhadas sobre as idéias que norteavam as interações correntes entre homens e mulheres. Referências ocasionais a procedimentos de preparo alimentar ou de abastecimento permitiram, por conseguinte, instrumentar uma reflexão etno-histórica sobre as circunstâncias materiais da vida feminina numa colônia onde tudo girava em torno do açúcar produzido. Com efeito, quando, porventura, algum autor se atrevia a mencioná-las, ele aludia, muitas vezes, a preparos culinários específicos e suas alusões permaneciam discretas mesmo quando as narrativas de procedimentos pressupunham forçosamente a mão de alguma mulher: “Das batatas fazem pão e várias cousas doces” escrevia, por exemplo, o padre Cardim¹⁷.

¹⁷ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed., São Paulo: INL/ MEC/ Cia. Editora Nacional, 1978. p. 47.

Escassearam os comentários sobre o lugar reservado às moradoras lusas e às outras mulheres na sociedade colonial soteropolitana ou pernambucana, e ainda sobre as razões que motivaram a reclusão drástica das esposas e filhas dos colonos. As descrições de hábitos coloniais redigidas por cronistas lusos destinavam-se a leitores que viviam na metrópole. Conhecedores dos costumes metropolitanos e dos usos coloniais, os autores evitaram esmiuçar assuntos que invadiam o recato dos lares. Em compensação, os textos de forasteiros que publicaram relatos de

viagem, apesar de mais prolixos que as obras dos cronistas locais em descrições de fatos surpreendentes, revelam que eles não entenderam necessariamente as maneiras de agir e de pensar dos colonos. Em virtude da natureza fragmentária dos dados, aliás, seria até possível supor uma certa fragilidade da documentação analisada e das hipóteses relativas à condição feminina apresentadas, se os depoimentos de tantos autores que tão pouco tinham em comum, não se mostrassem tão consistentes em torno de alguns temas de grande recorrência.

Quanto à compreensão do lugar reservado às mulheres na colônia seiscentista, cabe assinalar a relevância dos poemas satíricos e burlescos de Gregório de Matos. Compostos entre 1683 e 1694 por um homem nascido em Salvador e educado em Portugal, suas brincadeiras, por vezes de gosto duvidoso, destinavam-se a um público soteropolitano que compartilhava uma maneira própria de conceber o mundo. Num registro indireto, as lamentações dramáticas dos moradores lusos de Pernambuco, transcritas por frei Calado, também ilustraram eventos que, infringindo a normalidade, evidenciavam as formas usuais da vida cotidiana. Descrevendo a retirada para a Bahia da população que acompanhou o exército do conde de Bagnuolo derrotado pelas tropas holandesas, o sacerdote lastimava:

Considerar agora a multidão de gente de todas as idades que se ia retirando, assim por a praia, como por entre os matos, e como iam deixando por os caminhos as alfaias de suas casas, por não as poderem carregar; aqui os tristes ais dos meninos, os suspiros das mães, o desamparo das donzelas descalças, e medidas por a lamas, e passarem os rios com pouca compostura de seus corpos alheios da honestidade, e recolhimento em que haviam sido criadas (o que sentiam mais do que perder as vidas) aqui umas desmaiadas, outras com os pés abertos, porque o descostume de andar não as deixava dar um passo adiante; as pragas que rogavam ao

Conde de Banholo (o qual depois que entrou em Pernambuco tudo foi de mal a peor), o ver os amancebados levar a cavalo as mancebas brancas, mulatas e negras, e deixarem ir suas mulheres a pé, e sem saberem parte delas, a fome que todos iam padecendo, o dormirem por o pé das árvores, sem amparo nem abrigo; não é coisa que se pode escrever, porque muitos dos que o viram, com os olhos, como eu, tendo os corações férreos, não se podiam refrear sem derramar grande cópia de lágrimas¹⁸.

Ressaltava no texto o hábito colonial de proteger as mulheres recolhendo-as à santidade do lar, precaução que permitia furtar à vista de estranhos o espetáculo irresistível de seus corpos em movimento. O depoimento do sacerdote atestava particularmente a falta do hábito de andar das moradoras da colônia, a inadequação de seus calçados e a precedência nos afetos que vários colonos dedicavam às mancebas, em detrimento de suas famílias legítimas. Semelhantes comentários sublinhavam também como, numa sociedade que tentava se manter lusa apesar de incorporar proporções crescentes de mestiços, as classificações sociais teóricas obliteravam-se freqüentemente na prática das interações afetivas, burlando as regras instituídas no dia à dia.

Na década de 1930, cientistas sociais como Gilberto Freyre ou como o historiador Sérgio Buarque de Holanda se debruçaram sobre os valores patriarcais que marcavam os relacionamentos coloniais. Gilberto Freyre autor de *Casa-grande e senzala*, defendeu a idéia de um sadismo do conquistador branco complementado pelo masoquismo de uma mulher indígena ou negra e pela submissão da esposa “criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” que, por ciúme, maltratava, às vezes, suas escravas¹⁹. O estudioso, todavia, reconhecia às amas-de-leite o direito de se afeiçoarem às crianças amamentadas e de desfrutarem do afeto de jovens que auxiliavam a criar²⁰.

A leitura dos versos de Gregório de Matos sugere

¹⁸ CALADO, Frei Manuel. *Op. cit.*, v. I, p. 83 e 84.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 51.

²⁰ *Ibidem*, p. 326 e 327.

outras razões que o masoquismo para a ocorrência de promiscuidades entre escravas negras, moças alforriadas e homens brancos. Favores sexuais remuneravam-se com dinheiro ou presentes. As moças solicitadas pediam roupas ou quantias em dinheiro e serviços dessa natureza possibilitavam acumular pecúlios freqüentemente destinados à compra da liberdade.

Mais recentemente historiadores como Stuart Schwartz²¹ ao analisarem as peculiaridades do tráfico negreiro, destacaram elementos significativos para a compreensão da vida das cativas em solo brasileiro. No rastro do desaparecimento gradual da escravidão indígena, no primeiro quartel do século XVII, foram africanos e crioulos que asseguraram a permanência das atividades coloniais. Houve, todavia, uma ampla disparidade entre o número de homens e de mulheres desembarcados²², decorresse o fenômeno de uma decisão dos fornecedores africanos ou da preferência dos colonos que adquiriam a mão-de-obra. Schwartz, pois, salientou como a população mestiça não representava na capitania da Bahia senão uma minoria da força de trabalho e como, à vista do número restrito de nascimentos de filhos de escravas registrados em documentos de engenhos, era forçoso concluir que a renovação da mão-de-obra cativa dependeu, sobretudo, do tráfico atlântico.

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, em *Raízes do Brasil*, apontou a ânsia de prosperidade sem custo, de riquezas e de títulos honoríficos amealhados sem excesso de trabalho, como fatores de um espírito aventureiro luso que teria incentivado o recurso ao trabalho compulsório de escravos. O historiador indicava a escravidão praticada em Lisboa, antes da frota cabralina descobrir Porto Seguro, como a fonte de inspiração para a criação do novo modelo colonial de exploração agrícola instaurado no Brasil. No que dizia respeito às relações sociais entre senhores e escravas, o autor defendeu a tese de uma certa doçura, alegando que a influência sinuosa das cativas dissolvia

²¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. (Capítulo 13 - A população escrava na Bahia).

²² Schwartz mencionou 30 a 40 % de mulheres e 2 a 6% de crianças presentes a bordo das naus negreiras. *Op. cit.*, p. 286.

qualquer idéia de separação das categorias sociais: “Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial”²³. A ênfase do autor sobre semelhantes princípios da vida colonial deixou-lhe, entretanto, pouco espaço para maiores reflexões sobre as peculiaridades da condição feminina na *formação do Brasil*.

Cronistas locais, viajantes forasteiros e estudiosos do sistema de vida patriarcal sublinharam todos a proteção dispensada às mulheres. A necessidade de resguardo derivou provavelmente da insegurança que podia reinar nas estradas e nas ruas das cidades, mas os perigos físicos se desdobravam ainda no âmbito social. Pais nobres temiam que homens de condição inferior seduzissem suas filhas. A honra de cada família encontrava-se atrelada à conduta moral da esposa e das filhas. Escrevendo em 1711, o jesuíta Antonil sublinhava a necessidade dos engenhos possuírem acomodações externas para alojar os hóspedes de passagem, já que, num Brasil “falto totalmente de estalagens”, os aposentos oferecidos aos viajantes costumavam ser muito requisitados. O autor afirmava: “Ter casa separada para os hóspedes é grande acêrto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia”²⁴.

O viajante espanhol François Coreal estranhou a susceptibilidade exacerbada dos colonos em relação à honra:

Não é que eles não pareçam cortesês e afáveis em seus modos, mas eles são tão sensíveis nas questões relativas a sua honra, tão ciumentos no que diz respeito às mulheres & tão vaidosos de sua própria importância, que é muito difícil, para não dizer impossível, de fazer amizade com eles²⁵.

Tamanhas precauções não impediam as mulheres de acreditar que a flor de sua virgindade murcharia se

²³ HOLANDA, Sérgio. Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 31.

²⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1967. p. 141 e 167.

²⁵ COREAL, François. *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales* contenant ce qu'il y a vu de plus remarquable pendant son séjour depuis 1666 jusqu'en 1697. Paris: André Cailleau, 1722. p. 170 e 171. (Minha tradução).

não fosse colhida nos primeiros anos de vida e, muitas vezes, elas tomavam iniciativas arriscadas. Coreal observou:

As mulheres são menos vistas que no México, por causa do grande ciúme dos maridos, mas para satisfazer sua paixão elas colocam em obra todo tipo de estratagema, apesar de agirem em detrimento de sua honra & de sua vida, pois, caso flagradas na prática do crime, seus maridos as esfaqueiam sem mais nem menos & seus pais ou seus irmãos as prostituem. Elas se tornam então cortesãs públicas servindo igualmente brancos & negros. Se a perseguição dos maridos não impede as intrigas de suas mulheres, aquela dos pais não impede as mães de socorrerem caridosamente as filhas tão logo se tornem núbeis.²⁶

²⁶ *Ibidem.*

Os passeios de mulheres honradas incluíam idas à missa e visitas a parentes e amigas. Acompanhadas por escoltas de escravos, elas se deslocavam em cadeira coberta ou numa rede suspensa em forte vara de madeira que os carregadores apoiavam sobre o ombro. Em suas memórias Wagener retratou uma senhora rica deitada numa rede que dois negros descalços transportavam. Uma fila de serviçais seguiam-na, carregando sobre a cabeça cestas de belas frutas destinadas à anfitriã. Um texto explicativo complementava a ilustração aquarelada. O autor ressaltava:

Desta forma deixam-se transportar, por dois fortes escravos, à casa de amigos ou à igreja, as esposas e filhas de ilustres e ricos portugueses; penduram sobre varas os bonitos tapetes de veludo ou damasco, afim que o sol não as queime muito forte. Também trazem atrás de si uma variedade de lindos e saborosos frutos como presente àqueles que pretendem visitar²⁷.

²⁷ WAGENER, Zacharias. *Op. cit.*, p. 190 e 191.

O mercenário inglês Cuthbert Pudsey reparava também:

Nesta cidade as classes de mulheres mais elegantes usavam,

em lugar de sapatos, chapins, de meio pé de comprido, de prata. Tampouco saíam de portas afora para a rua, mesmo que fosse pelo espaço de meia pedrada, sem serem carregadas entre dois escravos numa rede de grande valor. E sobre elas, para guardá-las do sol, um pano de rico bordado engastado de pérolas.²⁸

As moças alforriadas ou escravas, que pertenciam a irmandades de sua própria condição social, participavam com maior liberdade que as senhoras lusas das festas religiosas celebrando santos de sua devoção. Depois das missas, os festeiros costumavam oferecer cozidos de carne, vinho e aguardente. Gregório de Matos que parecia apreciar o tema, compôs poemas burlescos sugerindo que em tais festas, onde dança e bebida corriam soltas, as jovens bebiam tanto, bebendo com vinho e “não como convinha” que, por vezes, *desbebiam* o líquido ingerido²⁹.

Os *homens bons* saíam de casa acompanhados por escravos de confiança e munidos de adagas e de pistolas³⁰, cuja função não era apenas de aparato. O médico francês Gabriel Dellon que, em 1679, ficou algum tempo em Salvador notou a profusão de escravos da Guiné, de Angola e de outros lugares que havia nas ruas da capital e comentou: “aqueles que têm a sorte de agradar a seu Amo, são dispensados dos trabalhos mais rudes & destinados aos cuidados da casa. Eles seguem seus Senhores quando esses se deslocam pela cidade e ajudam a carregá-los...”³¹.

Quando não cavalgavam, os homens também usavam redes. Caso não possuíssem uma ou não pudessem dispor de escravos próprios, eles recorriam àqueles que alugavam os préstimos e entregavam o dinheiro apurado a seus donos. Gregório de Matos, por exemplo, relatou em versos um passeio com alguns amigos, ao Rio Vermelho, para onde foi levado numa rede que dois *pais do ganho* seguravam: “eu na rede um cação”³². Na chegada ao destino, uma missa seguida de lauto banquete esperava o grupo. Contudo, as

²⁸ PUDSEY, Cuthbert. As memórias de Cuthbert Pudsey sobre o Brasil holandês (1629 – 1640), In: *História Naturalis*, Rio de Janeiro, Seropédica, 2001. folio 8 r e 8 v.

²⁹ MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. III, p. 624 e p. 628.

³⁰ COREAL, François. *Op. cit.*, p. 170 e 172.

³¹ DELLON, Gabriel B. *Relation de l'Inquisition de Goa*. Paris: Daniel Hortemels. 1688. p. 207.

³² MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. III, p. 585.

³³ *Ibidem*, v. VI, p. 1331.

pretensões à nobreza não se limitavam às mulheres de vida exemplar. Noutro poema, Matos ridicularizou duas moças de vida fácil³³. Alugando uma rede para ir a uma festa de sua irmandade, elas caíram ao chão quando os punhos da rede cederam.

Distinguíam-se no Brasil colonial mulheres casadas, honestas, de outras dispostas a manter relações sexuais ocasionais ou amancebamentos. Importava saber se eram, ou não, nascidas na terra, cristãs velhas, cristãs novas ou mouras e se vinham de famílias ricas ou pobres, pois, o status do pai ou do marido repercutia amplamente na posição social da esposa e das filhas. Mulheres de senhores de engenho ou de outros lavradores lusos mantinham a precedência sobre as esposas de oficiais mecânicos. Às mulheres casadas pobres e às viúvas sem recursos, a posse de alguma escrava quitandeira proporcionava um meio de vida visto como digno e a possibilidade de vender nas ruas doces ou comidas preparados nas cozinhas de suas casas, já que a obrigação de manter resguardos decorosos dificultava as condições de sua subsistência. Àquelas que mereciam respeito, Gregório de Matos dedicou poemas cerimoniosos, cheios de metáforas preciosas que contrastavam com o tom familiar dos versos endereçados às outras. Os versos do poeta exemplificavam um leque diversificado de atividades que podiam ser observadas em Salvador e o teor dos preconceitos vigentes contra condutas consideradas pouco honoráveis:

Nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, Brandônio, relatava:

não poucos [colonos] usam também de pão, que mandam amassar e cozer em suas casas, feito de farinha que compram do Reino ou mandam buscar às casas das padeiras, porque há muitas que vivem desse ofício. As mulheres se trajam muito bem e custosamente, e quando vão fora caminham em ombros de escravos, metidas dentro em uma rede³⁴.

³⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Op. cit.*, Diálogo sexto, p. 246.

Em princípio, um parâmetro de visibilidade ou de invisibilidade acompanhava a posição social das mulheres. Quanto mais elevado o status, mais difícil a especificação das atividades que cada uma teria o direito (ou o dever) de executar. A condição honrosa daquelas que, por pertencerem à elite, circulavam em redes de aparato, lembrava um pouco a situação das mulheres do islã, obrigadas ao uso do véu para serem vistas como pessoas³⁵. Tanto em Olinda quanto em Salvador, elas se deslocavam, assaz inacessíveis, debaixo dos cortinados que recobriam seu meio de locomoção.

A invisibilidade social que era seu apanágio, apresentava um corolário curioso: aconteciam poucas feiras nas vilas lusas da colônia. As mulheres dos colonos respeitáveis recebiam os alimentos em casa ou mandavam alguém comprá-los. Segundo observou José Antônio Gonsalves de Mello³⁶, quando os holandeses conquistaram Recife, eles passaram a proceder de modo diferente: “Havia vários mercados, como o mercado do peixe, o mercado do Recife, o mercado de carne, o de verduras e o Mercado Grande de Maurícia no terreiro dos coqueiros”. Efetivamente, o sistema luso de aquisição de víveres, documentado nos comentários de Wagener sobre a “Mulher negra”, não precisou esperar até o século XVIII para ser instituído no Brasil:

As mulheres negras não são de talhe menos esbelto e bem proporcionado que os homens. Nem por isso, todavia, são poupadadas, tendo de trabalhar de forma exaustiva nos engenhos e canaviais da mesma maneira que os homens e crianças. Há algumas delas que conhecem bem o dinheiro espanhol e holandês; mandam-nas então os donos à rua, a fim de venderem galinhas, pássaros, peixes secos e toda a sorte de magníficas frutas, tudo bem contado, item por item; quando, porém a negra é descuidada e aceita dinheiro falso ou de pouco valor, de volta a casa, deixa em seguida, de dar a correta conta ao senhor pelas mercadorias, é na mesma hora

³⁵ FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. *Imagem oculta: reflexões sobre a relação entre os muçulmanos e a imagem fotográfica*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH - USP: São Paulo, 2001.

³⁶ MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. 1947. p. 129 e 130.

amarrada e duramente açoitada; por esse motivo, preferem ser empregadas em outros serviços mais penosos a ocuparem-se nessa perigosa mercancia³⁷.

³⁷ WAGENER, Zacharias, *Op. cit.*, p. 175.

A situação das mulheres livres contrapunha-se àquela das escravas que apenas obedeciam às ordens e costumavam palmilhar ruas e caminhos, descalças e atarefadas, ocupadas no serviço dos campos, das casas e da moenda ou na função de negras de ganho. Por vezes, um certo escalonamento de matizes de cor de pele, parecia influir também, no modo como eram tratadas, como sugeriam os poemas de Gregório de Matos.

Nos engenhos ou nas cidades, muitas moças alforriadas ocupavam posições sociais assaz ambíguas. Quando elas eram dispensadas da obrigação de continuar a servir suas antigas senhoras, elas preferiam evitar o exercício de trabalhos manuais (vistos como degradantes) e depender de amantes remediados que lhes asseguravam a subsistência, roupas decentes e um ócio honroso. Elas também faziam questão de possuir sapatos, um privilégio custoso negado às escravas.

Outro interstício na hierarquia social assinalava o caso de moças lusas obrigadas a se tornar religiosas (tivessem ou não vocação para tanto) para poupar a herança dos filhos homens. Os pais forçavam-nas à reclusão, quando, impossibilitados de prover-lhes dotes ou marido adequados, eles temiam que elas os desonrassem com homens indesejáveis. Nos poemas de amores conventuais de Matos que vituperava a avareza de tais parentes, sonhos, ambrosias, chouriços temperados e peixes cozidos atestavam amplamente que as artes culinárias eram prendas femininas permitidas às freiras³⁸.

³⁸ MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. IV, p. 843 a 879.

Em suma, nos primeiros séculos da colonização cozinhar figurava entre as atribuições das mulheres, mas as informações registradas na literatura de uma sociedade que estimava ostentar prestígio e valorizava o ócio, despertaram mais dúvidas do que satisfizeram

a curiosidade. Quem eram as mulheres que cozinhavam? Quem decidia o cardápio das refeições? Que técnicas de preparo utilizariam? Para quem cozinhavam?

As mulheres lusas na cozinha das casas coloniais seiscentistas

Consideradas no âmbito da longa duração, as técnicas de cultivo e de transformação de mandiocas bravas e aipins em alimentos gostosos, saudáveis e nutritivos constituíram efetivamente uma herança indígena com valor identitário da qual puderam se orgulhar os descendentes de forasteiros estabelecidos no Brasil colonial. Em meados do século XVI, entretanto, o desconhecimento nativo dos requintes da culinária e da doçaria européia escandalizou os colonizadores. Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, ao descrever a complexidade dos preparos de mandiocas e a diversidade das farinhas, não hesitou em afirmar que, nas aldeias de origem, as índias não cozinhavam. Elas apenas traziam das roças mandiocas cultivadas e coziavam-nas. Segundo o cronista, elas tampouco lavavam roupas e apenas trançavam os fios de algodão fiados, pois, não sabiam tecê-los³⁹. Condutas tão impróprias à condição feminina não advinham, porém, de uma falta de habilidade. O autor assinalava como nos primórdios do período colonial, as matronas portuguesas se apressavam em ensinar as técnicas da arte de cozinhar às jovens índias, à par dos trabalhos de agulha, do catecismo e dos usos morais. Os preparos culinários referidos na literatura permitem deduzir que essas jovens foram então ensinadas a manejar novos condimentos, entre os quais ressaltava o açúcar, e que aprenderam também a assar em fornos e a fritar em gordura, procedimentos que ignoravam anteriormente. Soares de Sousa explicava:

³⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional / EDUSP, 1971. p. 312.

Também as moças deste gentio [tupinambá] que se criam e doutrinam com as mulheres portuguesas, tomam muito bem o cozer e lavar, e fazem todas as obras de agulha que lhe ensinam, para o que têm muita habilidade, e para fazerem cousas doces, e fazem-se extremadas cozinheiras; mas são muito namoradas e amigas de terem amores com os homens brancos⁴⁰.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 313 e 314.

Uma concepção lusa de alimentação parece ter prevalecido, quaisquer que fossem as mulheres na lida das panelas ou dos experimentos culinários. O depoimento de Soares de Sousa sugeria a colaboração estreita de mulheres de diferentes condições sociais, preparando lado a lado, iguarias de estilo português: confeitos, bolos assados e bolinhos fritos, etc.. Quando cativas africanas começaram a substituir as mulheres nativas no serviço das casas, no último quartel do século XVI, sua presença tampouco deve ter desencadeado alterações imediatas nas receitas, a despeito do termo quitandeira já figurar nos versos de Gregório de Matos, no final do século seguinte. O poeta relatava saborear em Salvador e no Recôncavo baiano: sonhos, ambrosias, ovos reais com canela, arroz de leite, filhós, fatias, mal-assadas e pastéis, para não citar as galinhas de cabidela, os chouriços, as morcelas, as saladas, os repolhos ensopados e os cozidos à moda portuguesa⁴¹.

⁴¹ PAPAVERO, Claude. *Ingredientes de uma identidade colonial: os alimentos na poesia de Gregório de Matos. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH - USP: São Paulo, 2007. p. 294 e 295.*

Em fins do século XVI, o padre Cardim, ao assinalar a adoção do pão da terra entre os colonos, listou vários tipos de preparos que transformavam os vegetais da dieta indígena em pães ou em doces distanciados de qualquer herança nativa:

Desta mandioca curada ao fumo se fazem muitas maneiras de caldos que chamam mingãos, tão sadios e delicados que dão aos doentes de febres em lugar de amido e tizanas, e da mesma massa se fazem muitas maneiras de bolos, coscorões, fartes, empenadilhas, queijadinhas d'açúcar, e misturadas com farinha de milho ou de arroz, se faz pão com fermento, e levedo que parece de trigo⁴².

⁴² CARDIM, Fernão. *Op. cit.*, p. 46.

A incorporação de ingredientes brasileiros na culinária colonial não se fez às cegas. A despeito de evidenciar um apego luso às tradições alimentares, Gabriel Soares de Sousa também sugeriu que o senso crítico das soteropolitanas operou, avaliando caso a caso a qualidade da matéria prima disponível:

Desta carimã e pó dela bem peneirado fazem os portugueses muito bom pão e bolos amassados com leite e gemas de ovos, e desta mesma massa fazem mil invenções de beilhões, mais saborosos que de farinha de trigo, com os mesmos materiais, e pelas festas fazem as frutas doces com a massa desta carimã, em lugar de farinha de trigo, e se esse a que vai à Bahia do reino não é muito alva e fresca, querem as mulheres antes a farinha de carimã que é alvíssima e lavra-se melhor com a qual fazem tudo muito primo⁴³.

⁴³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Op. cit.*, p. 178 e 179.

Os depoimentos de autores seiscentistas, mesmo sem enveredar por detalhes triviais, atestavam que açúcar, manteiga, farinha de arroz ou de milho, ovos, água de flor de laranjeira ou canela eram adicionados às diferentes farinhas de mandioca seca ou fresca, aos polvilhos ou aos beijus nativos. Uma grande diversidade de frutas locais cozidas com açúcar (as conservas) constava entre as iguarias prediletas e o consumo de doces marcava o ritmo dos hábitos de sociabilidade. Em dias como o natal ou o entrudo, adoçavam-se os convívios. No cotidiano, belas frutas (como os cajus em épocas de safra) ou doces elaborados alegravam os amigos. Gregório de Matos, por exemplo, recebeu, no engenho da Cajaíba, sonhos mandados por uma jovem a quem tinha dedicado um poema quando ela substituiu um amante brutal por outro homem:

Veio a frota da Guaíba, / entrou, e tomando terra, / achou
duas naus de guerra / de comboio té a Cajaíba: / estava eu
vendo de riba / o Serigipe famoso, / quando vi com vento
airoso / vir entrando pela barra / por cabo Inácio Pissarra, /

e por fiscal João Cardoso. // [...] Partiu-se o doce excelente, /
em que os presentes têm parte, / que entre ausentes não se
parte, / o que veio de presente: / cada um se foi contente /
velbos, mancebos, meninos, / e estão em rogo contínuos / pedindo co'a
*boca toda, / que o doce façais de boda, para que sejamos dignos*⁴⁴.

⁴⁴ MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. VI, p. 1502 e 1503.

Noutra ocasião, quando o poeta visitava a propriedade de um amigo que residia na ilha Grande, a filha do anfitrião fez questão de lhe oferecer sonhos. Com enorme emoção e respeito Matos celebrou a cortesia da menina:

Deu-me a rapariga uns sonhos / tão ricos como ela própria, /
sonhava em me regalar: / não foi mentira, o que sonha. /
Visitou-me sua Avó, / que é mui honrada pessoa, / só quem
tem honra, dá honra. / Assim o façam meus Filhos, / como
então o fez Macota⁴⁵.

⁴⁵ *Ibidem*, v. VI, p. 1521.

Entretanto, ao receber uma moqueca oferecida pela amásia do feitor da Cajaíba, o poeta brincou, muito menos respeitoso, no tom levemente irônico que adotava para flertar com negras da cozinha, em casas de amigos que costumavam recebê-lo:

Susana: o que me quereis, / que me trazeis tão mimoso, / não
sou homem tão baboso, / que com pouco me enganeis: / que
o vosso peixe me deis, / convém que dar-mo vos deixe, /
mas é razão que me queixe, / de dar-mo, por que eu vos dê,
/ que não sou eu homem, que / a carne vos dê por peixe⁴⁶.

⁴⁶ *Ibidem*, v. VI, p. 1533.

Em Salvador, como no Recôncavo ou como em Olinda, cozinhava-se não somente para alimentar famílias, agregados e escravos, mas ainda para demonstrar caridade e ostentar importância social. Talvez as esposas dos *homens bons* não estivessem sempre atentas às refeições oferecidas a pessoas necessitadas, pois existiam intendentess encarregados de supervisionar essa tarefa. O médico francês Gabriel Dellon, preso pela Inquisição de Goa por solicitar que

um paciente não fosse obrigado a beijar uma imagem santa, conseguiu passar algumas horas diárias longe da cadeia. A nau da carreira das Índias na qual seguia viagem, a caminho do tribunal lisboeta, fez escala em Salvador e ele obteve a permissão de apenas dormir em sua cela, graças à intervenção de amigos soteropolitanos:

O Brasil apresenta a particularidade de não ter ninguém reduzido a tal estado de miséria que precise mendigar o pão, & os infelizes que chegam de países distantes, tão incapazes que possam estar de trabalhar, nunca são rejeitados pelas pessoas de posses, cada uma delas considerando uma questão de honra abrigar em sua residência tantos miseráveis quanto consegue, & até acontece freqüentemente que Senhores de qualidade alimentem em sua casa um número considerável de pobres inválidos, sem nem sabê-lo, seus intendentos tendo recebido ordens definitivas para receber e agasalhar todos aqueles que se apresentam, sem que seja necessário informar os Donos da casa⁴⁷.

⁴⁷ DELLON, Gabriel B. *Op. cit.*, p. 204 e 205. (Tradução minha).

No início do mesmo século, outro viajante francês de fortuna modesta, Pyrard de Laval, relatava um episódio um pouco semelhante. Contou que, em certa ocasião, foi procurado por uma escrava de Angola que, após algumas voltas pela cidade, o levou à casa de uma jovem portuguesa:

que me fêz mui bom gasalhado e me mandou logo aprestar uma mui boa refeição; e vendo que meu chapéu não era bom, ela com sua própria mão mo tirou da cabeça e me deu outro novo de lã de Espanha com uma bela presilha, fazendo-me prometer que tornaria a visitá-la, e de sua parte prometendo-me que me favoreceria e me daria gôsto em tudo o que pudesse. [...] Tive também conhecimento e amizade com outra rapariga portuguesa, natural do Porto, chamada Maria Mena, que era dona de uma casa de pasto, de sorte

que me não faltava de comer e de beber, porque mo dava quando eu o queria, sem dizer coisa alguma a seu marido e ainda me dava dinheiro para eu pagar na presença dêle. Chamava-me ela o seu camarada⁴⁸.

⁴⁸ PYRARD de Laval, François. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Porto: Livr. Civilização. 1944.

Maria Mena não era a única soteropolitana que comercializava comidas e bebidas. Além das viúvas e das mulheres pobres que preparavam doces e guisados vendidos nas ruas ou em lojas por intermédio de escravas quitandeiras, outras mulheres livres ou alforriadas também viviam de fornecer gêneros comestíveis à população. Destacava-se o exemplo, supracitado, das padeiras, cuja produção fazia sucesso garantido na Cidade da Bahia. Os poemas de Matos mencionavam de relance um “Lobato patifão, marido da confeitadeira”, pasteleiros munidos de cepos que assavam empadas de carnes e ainda um sem número de taverneiros e de taverneiras socialmente desprezíveis⁴⁹.

⁴⁹ MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. IV, p. 908; v. IV, p.856 e v. II, p. 494.

As Atas da Câmara Municipal soteropolitana, por sua parte, censuravam os comerciantes que atravessavam víveres e mantimentos, açambarcando todos os gêneros disponíveis, antes mesmo que os barcos dos produtores chegassem ao porto da cidade. A venda desses alimentos tornados escassos e revendidos com benefícios polpudos nas lojas ou nas ruas da cidade dificultava a tarefa dos almotacês que vigiavam o preço e a qualidade das mercadorias vendidas, o peso e o pagamento das taxas devidas à municipalidade.

Quando faltava dinheiro líquido na colônia, o açúcar, produto exportado e consumido, serviu, por vezes, como instrumento de barganhas pessoais. Segundo Gregório de Matos, lascas e caixas de açúcar podiam facilitar a obtenção de favores sexuais. O autor, certa vez, acusou de furto o feitor da Cajaíba: “Se furtais tanto fragmento / de açúcar para as mulheres, / pode ser, se lho não deres, / que tendeis entendimento...”⁵⁰

⁵⁰ *Ibidem*, v. VI, p. 1462.

Noutra ocasião, ele censurou um colono que deixou de manter o trato apalavrado: Tudo a M^oça suportou, / tudo sofreu a tal M^oça, / porque a caixa tudo adoça, / e a ela tudo amargou: / nescientemente se enganou / sem desculpa, e sem razão, / pois na fôrça da sezão, / devia ver, que a encaixa / quem lhe promete uma caixa, / para correr-lhe o caixão⁵¹.

⁵¹ *Ibidem*, v. II, p. 382 a 384.

A etiqueta social observada pelas mulheres lusas honradas em visitas a parentes e amigas, parece ter impressionado muito o conde de Nassau e seus conselheiros. No primeiro relatório que os responsáveis pelo Brasil holandês encaminharam à Companhia das Índias Ocidentais, eles descreveram:

As mulheres porém se vestem custosamente e se cobrem de ouro, trazem poucos diamantes ou nenhum e poucas pérolas boas, e se ataviam muito com jóias falsas. Só saem cobertas e são carregadas em uma rede, sobre a qual se lança um tapete, ou encerradas em uma cadeira de preço, de modo que elas se enfeitam para serem vistas somente pelas suas amigas e comadres. Quando vão visitar, primeiramente mandam participar, a dona [da casa] senta-se sobre um belo tapete turco de seda estendido sobre o soalho e espera as suas amigas, que também se sentam a seu lado sobre o tapete, à maneira dos alfaiates, tendo os pés cobertos, pois seria grande vergonha deixar alguém ver os pés⁵².

O caso paradigmático de Dona Jerônima de Almeida, mulher de Rodrigo de Barros Pimentel, colono luso que se retirou para a Bahia na seqüência da conquista holandesa de Pernambuco, permite que se perceba diversos usos do cotidiano colonial. Segundo frei Calado, essa senhora respeitável, mãe de muitas filhas e filhos, chegou a ser multada pelos holandeses em noventa caixas de açúcar para se livrar da acusação de acolher e alimentar uma tropa de soldados inimigos que lhe traziam cartas do marido. Encarcerada, condenaram-na a ser degolada em virtude da acusação de um escravo que ela mandara

⁵² *BREVE discurso sobre o estado das quatro capitãncias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*. In: MELLO NETO, José A. G. (Org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. V. I, A economia açucareira, Recife: Parque Histórico dos Guararapes / MEC / SPHAN / Fundação Pró-Memória, 1981. p. 108 e 109.

açoitar. Foi preciso que uma delegação de senhoras portuguesas da melhor estirpe, moradoras dos arredores de Recife, solicitasse pessoalmente a comutação da pena ao conde de Nassau. Atendidas em seu pedido, elas agradeceram cortesmente o favor, mas declinaram o convite de um jantar:

elas lhe beijaram a mão por a mercê, e favor, e lhe responderam que o banquete que elas vinham buscar a sua casa era, que achando graça em seus olhos, fosse servido S. Excelência de acudir a tão grande crueldade, e perdoar a Dona Jerônima: e que o jantar à sua mesa haviam por recebida a mercê, porém que não era uso nem costume entre os Portugueses comerem as mulheres, senão com os seus maridos, e ainda com estes era quando não havia hóspedes em casa (não sendo pai ou irmãos) porque nestes casos não se vinham assentar à mesa...⁵³.

⁵³ CALADO, Frei Manuel. *Op. cit.*, v. I, p. 111.

Os conselhos do poeta Gregório de Matos destinados a uma noiva incluíram recomendações precisas sobre os procedimentos que convinham a uma moça prendada:

Irá mui poucas vêzes à janela, / Mas as mais que puder irá a panela: / Ponha-se na almofada até o jantar, / E tanto há de coser como de assar / Faça-lhe um bocadinho mui caseiro / Porém podendo ser coma primeiro, / E ainda que o veja pequenino, / Não lhe dê de comer como a menino⁵⁴.

⁵⁴ MATOS, Gregório de. *Op. cit.*, v. V, p. 1089 e 1090.

No mesmo poema, Matos recomendava à jovem que em lhe vindo a sua doenzinha mandasse Madalena pedir à mãe água de flor de laranjeira. Fosse ou não a noiva versejada pessoa de condição modesta, preparar um bocadinho caseiro para o marido, tarefa que lhe cabia, não excluía a presença de alguém na casa, a quem ela podia mandar procurar algo necessário, dentro ou fora da residência.

À Marana, jovem amásia de um dos homens que contavam no engenho da Cajaíba, Matos também aconselhava:

Já tenho dito a Marana, / que na casa onde habita, / se dê muito a respeitar / com as negras da cozinha, / Se lhe entra por um ouvido, / sai pelo outro: é menina, / o que faz, é andar folgando / co Cabra Vicente, e Chica. / Com que lhe não tem respeito, / e se ela toma farinha / para mandar a esta casa, / qualquer negrinho lhe grita. / Tenho lhe dito Marana, do peixe da pescaria / o melhor à vossa Mãe, / que assim faz a boa Filha. / Em vindo as mariscadeiras / do manguue carregadinhas, / ninguém meta a mão nos Cestos, / que os melhores são de Quita. / Remetei-os logo ao Sítio, / e fique embora vazia / a casa de vosso amigo, / porque primeiro está a minha. / Se lá tendes nessa casa / dez hóspedes cada dia, / cá tendes vossas irmãs, / vossa Mãe, vossas Sobrinhas⁵⁵.

⁵⁵ *Ibidem*, v. VI, p. 1526.

Marana não era uma esposa oficial, porém, a responsabilidade da casa e a escolha dos víveres distribuídos pelas diversas residências do engenho recaíam visivelmente sobre seus ombros. Esperava-se que decidisse, mandasse fazer e fosse obedecida.

Os dados esparsos, recolhidos nos versos do poeta soteropolitano ou nas obras de cronistas lusos ou holandeses, comprovam a injustiça cometida por estudiosos que anularam o papel das mulheres lusas em seus retratos de práticas coloniais. Era pouco provável que, apenas por disporem de escravas, mulheres de homens prestigiados abdicassem do direito de opinar a respeito da composição das refeições, dos ingredientes utilizados e dos temperos que aromatizariam as panelas, já que os alimentos servidos se apresentavam impregnados do desejo de ostentar honorabilidade. Ora supervisionando o preparo de iguarias, ora mandando efetuar tarefas, ora participando à criação culinária, ora, talvez, distribuindo porções de guloseimas às escravas que mexiam o conteúdo das panelas (para evitar que os doces desandassem, uma recomendação expressa da infanta portuguesa Dona Maria), a invisibilidade social nas ruas nunca impediu as mulheres lusas de estarem presentes nas casas do Brasil colonial, tanto quanto as

concubinas de todos os matizes de pele e condição social que fizeram as vezes de esposas num sem número de lares. Ao se analisar a contribuição indígena, branca e negra à formação de uma culinária brasileira, seria, portanto, conveniente detalhar melhor o processo da aceitação de modos de cocção e de ingredientes comestíveis à dieta alimentar luso-brasileira, sem atribuir a épocas prístinas predileções que levariam muitas décadas para se impor ao conjunto da população colonial.

Nos versos seiscentistas de Gregório de Matos, em todo caso, imperou um nítido viés luso em relação à dieta alimentar, já que o poeta ridicularizou freqüentemente as iguarias que a população indígena, africana ou mestiça comia. A aceitação pelos colonos de quitutes de sabor exótico, marcados pela criatividade e competência culinária de escravas e de mulheres pobres, encobriu certamente vivências difíceis e ricas em valores culturais. Como bem observou Jeffrey M. Pilcher⁵⁶, no final do século XIX, quando as tortilhas, vistas apenas como ingredientes de uma dieta nativa, se tornaram emblemáticas da identidade mexicana, foi através de uma opção coletiva e deliberada da população que elas foram transformadas em alimento amplamente representativo de um estilo de vida e de uma identidade local.

⁵⁶ PILCHER, Jeffrey, M. *Vivan los tamales! La comida y la construcción de la identidad mexicana*. México: Ed. De la Reina Roja / CONACULTA / Ciesas. 2001. Cap. El discurso de la tortilla: p. 119 a 150.

Referências

ANTONIL, André João. (João Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. (Texto da ed. de 1711), São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da grandeza do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitâneas conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO NETO, José Antônio G. de (Org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. v. I,

A economia açucareira, Recife: Parque Histórico dos Guararapes / MEC / SPHAN / Fundação Pró-Memória, 1981.

CALADO, Frei Manuel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2 v., Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1987.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3. ed., São Paulo: INL/ MEC/ Cia. Ed.Nacional, 1978.

COREAL, François. *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales* contenant ce qu'il y a vu de plus remarquable pendant son séjour depuis 1666 jusqu'en 1697. Paris: André Cailleau, 1722.

COSTA PORTO, *Os tempos de Duarte Coelho*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

DELLON, Gabriel B. *Relation de l'Inquisition de Goa*. Paris: Daniel Horemels, 1688.

FERREIRA, Francirós Campos Barbosa. *Imagem oculta: reflexões sobre a relação entre os muçulmanos e a imagem fotográfica*. Dissertação. [Mestrado em Antropologia]. FFLCH - USP, São Paulo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LIVRO de Cozinha Da Infanta D. Maria, Códice da Biblioteca Nacional de Nápoles, Fac-símile, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, s/d.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Cia. Nacional, 1943.

MATOS, Gregório de. *Crônicas do viver baiano seiscentista*. Obra completa de Gregório de Matos, 7 v., AMADO, James (Org.). Bahia: Editora Universitária, s/d.

MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: José Olympio. Documentos Brasileiros, 1947.

MESGRAVIS, S. Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colônia. *Estudos Econômicos*, n.13, 1983, p. 799-811.

PAPAVERO, Claude G. *Ingredientes de uma identidade colonial: os alimentos na poesia de Gregório de Matos*. Tese. [Doutorado em Antropologia] FFLCH - USP, 2007.

PILCHER, Jeffrey, M. *Vivan los tamales! La comida y la construcción de la identidad mexicana*. México: Ed. De la Reina Roja / CONACULTA / Ciesas, 2001.

PUDSEY, Cuthbert. As memórias de Cuthbert Pudsey sobre o Brasil holandês (1629 – 1640). In: *História Naturalis*, Rio de Janeiro, Seropédica, 2001.

PYRARD de Laval, François. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Porto: Livraria Civilização, 1944.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil 1500-1627*. 5. ed., São Paulo: Melhoramentos, s/d.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550–1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional / EDUSP, 1971.

WAGENER, Zacharias. Thierbuch In: TEIXEIRA, Dante M. (Org.), *Brasil Holandês: documentos da Biblioteca Universitária de Leiden*. 3 v., Rio de Janeiro: Index, Ilustrada, 1997.

Comida quente, mulher ausente: produção doméstica e comercialização de alimentos preparados no Rio de Janeiro no século XIX¹

Almir Chaiban El-Kareh

Resumo: O preconceito construído por certos viajantes de que a senhora carioca era preguiçosa, apesar de evidências em contrário encontradas na mesma literatura de viagens e em outras fontes do século XIX, vem sendo repetido acriticamente nos últimos duzentos anos, inclusive por historiadores. Pretendo aqui jogar este preconceito por terra, munido principalmente de outras crônicas de viagens e de anúncios de jornais, estes últimos aqui trabalhados de maneira sistemática num período de 40 anos, e provar que não só as mulheres pobres e as escravas trabalhavam, mas também as senhoras cariocas, cujo trabalho permaneceu “invisível”.

Palavras-Chave: Produção Doméstica. Alimentos Preparados. Comércio Ambulante de alimentos. Trabalho Feminino. Estratégias e Práticas Empresariais.

Abstract: The bias of some travelers against the carioca lady as being lazy, despite evidence to the contrary found in the same travel literature and other sources of the nineteenth century, has been perpetuated uncritically in the past two hundred years, even by historians. I propose to put an end to this bias armed mainly with other travel chronics and newspaper classified advertisements that were analyzed in a systematic way over a period of 40 years, and demonstrate that not only lower class women and female slaves worked, but also the carioca lady, whose work remained “invisible”.

Almir Chaiban El-Kareh Doutor/EHESS/Paris. NEMO/Depto. Antropologia/UFF. Prof. Visitante Especial/FAPERJ. almirelkareh@gmail.com.

¹ Texto recebido: 29/06/2008.
Texto aprovado: 03/07/2008.